

Grupos Focais Como Instrumentos de Autoavaliação Institucional: Olhares e Vozes da Faculdade Dom Pedro II

Faculdade Dom Pedro II

Eixo temático II – Indicadores e Instrumentos de Autoavaliação

Diana Leia Alencar da Silva (Faculdade Dom Pedro II)¹

Jacqueline dos Santos Silva (Faculdade Dom Pedro II)²

Sílvia Santos da Silva Gonçalves (Faculdade Dom Pedro II)³

Teresa Cristina Merhy Leal (Faculdade Dom Pedro II)

Resumo

Este artigo trata do processo de autoavaliação institucional que foi iniciado com a redefinição do projeto de avaliação institucional da Faculdade Dom Pedro II. Pautado nas diretrizes para o processo avaliativo, descritas pela CONAES (2004), foi estabelecidos com um dos principais instrumentos para a coleta de informações: os grupos focais, realizados anualmente com todos os segmentos da instituição. Em linhas gerais, esses grupos se constituem em equipes de discussão compostas por participantes dos segmentos discente, docente e de funcionários, que analisam a instituição pautados nas dez dimensões avaliativas estabelecidas pelo SINAES. O objetivo é identificar as fragilidades e potencialidades da instituição de forma qualitativa, para fortalecer tanto as ações educativas quanto a legitimidade da identidade da organização, como instituição de ensino superior. Alicerçados nos princípios da pesquisa qualitativa, os grupos focais ocorrerem com a presença de um moderador (membro da CPA) e com os representantes de turma, coordenadores, professores e funcionários, separados por segmento. Nos grupos, em consonância com um roteiro previamente definido, os participantes são convidados a discutir e analisar questões referentes à autoavaliação, o curso e a instituição. O fomento à interação entre os participantes, necessária à coleta das informações pleiteadas, é realizado por um mediador, responsável pelos encaminhamentos e direcionamentos necessários, bem como o incentivo na participação de todos os componentes do grupo, para que se aprofundem as discussões, possibilitando a revelação de novos aspectos e novos olhares, relativos ao tema. O processo de interação e discussão é acompanhado por um ou mais observadores, que tem a função de registrar todas as informações que surgirem durante o encontro do grupo em três etapas, a saber: abertura, em que deve se colocar de forma a registrar o

1 Coordenadora da CPA da Faculdade Dom Pedro II, é mestre em Desenvolvimento Humano e Responsabilidade Social, pós graduada em Educação de Jovens e Adultos e graduada em Letras e Pedagogia.

2 Especialista em Avaliação Institucional da Faculdade Dom Pedro II, é mestre em Educação, pós-graduada em Gestão de Qualidade em Educação e graduada em Pedagogia.

3 Diretora Acadêmica da Faculdade Dom Pedro II, é doutoranda em Língua e Cultura, mestre em Letras e Linguística, graduada e licenciada em Letras pela Universidade Federal da Bahia.

4 Moderadora Grupo Focal CPA da Faculdade Dom Pedro II. Pedagoga, Mestre em Família na Sociedade Contemporânea/UCSAL; Psicologia Social/ coordenadora de Grupo Operativo na Linha de Pichon Riviere; professora e coordenadora do Curso de Pedagogia da Faculdade Dom Pedro II (FDPII).

mais fielmente possível todas as informações; o desenvolvimento, no qual o grupo começa a se posicionar frente ao tema a ser desenvolvido e; o fechamento, quando o grupo começa a formular uma síntese dos fenômenos ocorridos. Todas as informações anotadas pelos observadores são, ao final, analisadas e devidamente registradas em relatórios, focados nos tópicos apresentados pelo moderador ao grupo. A elaboração da proposta dos grupos focais apoiou-se nos estudos de Gondim (2002), Gatti (2005) e nas orientações do SINAES. Em face da participação dos grupos convidados e das informações apuradas, foi possível identificar as percepções e sentidos, opiniões atribuídos pelos docentes, discentes e funcionários à instituição, assim como as sugestões para que essa fortaleça o principal princípio que estabeleceu para suas práticas: a evolução contínua das suas ações educativas, junto à comunidade acadêmica e aos grupos sociais que dela necessita.

Palavras-chave: Grupos Focais. Autoavaliação institucional. Instituição de Ensino Superior.

Introdução

Em 2012, na Faculdade Dom Pedro II o processo de autoavaliação institucional foi iniciado com a redefinição do projeto de avaliação institucional. Pautado nas diretrizes para o processo avaliativo descritas pela CONAES (2004) foi estabelecido com um dos principais instrumentos para a coleta de informações os grupos focais, realizados anualmente com todos os segmentos da instituição.

Com a criação da Comissão Permanente de Avaliação (CPA), nos contextos acadêmicos a partir de 2004, efetivamente há de se investir mais na construção de uma gestão participativa e democrática.

Nessa perspectiva, partimos do princípio de visão do sujeito social como partícipe do processo, ou seja, pensar a comunidade acadêmica enquanto sujeitos ativos, críticos e reflexivos diante das demandas individuais e coletivas que emergem no espaço físico da Faculdade, com vistas às transformações necessárias.

Para tanto, o primeiro passo foi nos darmos conta de que se fazia necessário não apenas a aplicação de questionários individuais como instrumento de coleta de dados, mas criar momentos de fala, escuta, proximidade e de troca, com o propósito de desvelar os problemas, sem generalizações, permitindo emergir, através do diálogo reflexivo, o que realmente se apresentava como essencial.

Nessa perspectiva, optamos por adotar o Grupo Focal, que no âmbito das abordagens de pesquisa qualitativa, promove aos participantes a discussão de temas atuais pautados em suas experiências cotidianas que emergem prioritariamente no espaço de convivência acadêmica, com vistas a desvelar, compreender e superar os problemas existentes.

Em linhas gerais, esses grupos se constituem em equipes de discussão compostas por participantes dos segmentos discente, docente e de funcionários, que analisam a instituição pautados nas dez dimensões avaliativas estabelecidas pelo SINAES.

A elaboração da proposta dos grupos focais apoiou-se nos estudos de Gondim (2002) Gatti (2005) e nas orientações do SINAES. Em face da participação dos grupos convidados e das informações apuradas, foi possível identificar as percepções e sentidos, opiniões atribuídos pelos docentes, discentes e funcionários à instituição, assim como as sugestões para que essa fortaleça o principal princípio que estabeleceu para suas práticas: a evolução contínua das suas ações educativas, junto à comunidade acadêmica e aos grupos sociais que dela necessita.

Objetivos

Geral:

- Consolidar a cultura de autoavaliação institucional na Faculdade Dom Pedro II, pautada no reconhecimento da autoavaliação e a avaliação externa como instrumentos de busca de excelência, tendo a técnica de grupo focal como um dos principais instrumentos de coleta de dados.

Específicos:

- Identificar e solucionar as demandas emergentes de alunos, professores e funcionários por meio de Grupos Focais;
- Sugerir mudanças de estratégias e ajustes de metas à medida que a avaliação indica essa necessidade;
- Auxiliar o planejamento de alterações necessárias e acompanhar a implantação das metas da instituição;
- Reforçar a análise contínua da ação educativa, pautada no compromisso com a excelência do saber;
- Fomentar a reflexão crítica sobre o caráter formativo do processo avaliativo e a compreensão sobre as práticas institucionais, com vistas à identificação dos desafios e das possibilidades para a evolução da instituição e de cada um dos seus membros.

Metodologia

Para a efetivação do processo de autoavaliação da instituição, além da redefinição do projeto de avaliação institucional foram estabelecidos quatro instrumentos principais para a coleta de informações: um questionário *on line*, disponibilizado na plataforma web da instituição para alunos, professores, coordenadores e funcionários; os relatórios da ouvidoria encaminhados mensalmente à comissão; as avaliações de cursos e da instituição, enviadas ao INEP, promovidas pelas comissões de especialistas (avaliadores *ad hoc*) e os grupos focais, a serem realizados com todos os segmentos da instituição. É sobre esses grupos focais que trataremos neste artigo.

Em linhas gerais, Grupos Focais, de acordo com Gondim (2002) se traduzem em uma técnica de investigação, que permite a um determinado grupo, guiado por um moderador qualificado, alcançar níveis crescentes de compreensão e aprofundamento acerca de uma determinada temática. Ampliando esta compreensão, Gatti (2005, p. 9) afirma que ao se utilizar a técnica “há interesse não somente no que as pessoas pensam e expressam, mas também em como elas pensam e por que pensam”. É assim uma técnica que favorece a liberdade de expressão, principalmente em se tratando do levantamento de expectativas, impressões e opiniões. Os grupos focais são assim equipes de discussão que discorrem sobre um tema em particular ao receberem estímulos apropriados para o debate (GONDIM, 2008).

O fomento à interação entre os participantes, necessária à coleta das informações pleiteadas, é realizado por um mediador, responsável pelos encaminhamentos e direcionamentos necessários, bem como o incentivo na participação de todos os componentes do grupo, para que se aprofundem as discussões, possibilitando a revelação de novos aspectos e novos olhares, relativos ao tema.

O processo de interação e discussão é acompanhado por um ou mais observadores, que tem a função de registrar todas as informações que surgirem durante o encontro do grupo em três etapas, a saber: abertura, em que deve se colocar de forma

a registrar o mais fielmente possível todas as informações; o desenvolvimento, no qual o grupo começa a se posicionar frente ao tema a ser desenvolvido e; o fechamento, quando o grupo começa a formular uma síntese dos fenômenos ocorridos.

Todas as informações anotadas pelos observadores são, ao final, analisadas e devidamente registradas em relatórios, focados nos tópicos apresentados pelo moderador ao grupo.

Para a efetivação dos grupos focais na Faculdade Dom Pedro II optou-se pela realização por segmentos. O passo seguinte foi definir os temas e questões que comporiam o roteiro dos grupos, a serem desenvolvidos com cada segmento e a escolha da mediadora e dos observadores do grupo. Na sequência, por decisão dos membros da CPA, foi escolhido o segmento alunos, como o primeiro a participar dos grupos.

Em face da dimensão do universo da pesquisa, os alunos que compõem o segmento foram divididos em grupos. Como a formação dos grupos necessita ser intencional, decidiu-se, pelo menos, um ponto de semelhança entre os participantes. Optou-se, então, pela composição dos grupos, pelos critérios de compartilhamento do mesmo curso de graduação.

Como amostra do segmento escolhido, foram convidados inicialmente, no mês de maio de 2012, os representantes de classe do curso de Direito. Infelizmente, o número de alunos que compareceu ao encontro impossibilitou a realização do grupo. Por decisão da comissão, considerando a proximidade do fim do semestre, os grupos focais com os alunos foram transferidos para o segundo semestre de 2012.

No início do segundo semestre de 2012, a comissão identificou uma oportunidade para realizar grupos focais com os professores da instituição. Isso porque todos foram convidados a participar de uma formação continuada, na própria instituição. Como parte desta formação, a CPA, em parceria com a Comissão Própria de Avaliação da Faculdade Dom Pedro II de Tecnologia, apresentou a proposta de realização do primeiro seminário de autoavaliação institucional da Faculdade Dom Pedro II e da realização de grupos focais, com todos os professores, sob a orientação de uma profissional da instituição com experiência com grupos operativos, para compor, ao lado da presidente a CPA, a coordenação da pesquisa.

No processo de planejamento dos grupos, foi elaborado um roteiro para condução das seções nos grupos e prestadas as necessárias orientações a todos, em um encontro convocado pela direção acadêmica da instituição. Neste encontro, foi apresentada a estratégia para a divisão dos grupos e também escolhidos, entre os coordenadores presentes aqueles que atuariam como mediadores.

Vale destacar que os temas e questões escolhidos inicialmente para compor o roteiro do grupo focal com os professores foram reelaborados, em virtude do tempo destinado para o evento. Por escolha da comissão, optou-se por cinco temas, com cinco questões-chave em cada. É a análise das informações possibilitadas por essas questões, que é apresentada a seguir.

Para realização de um grupo focal, é fundamental a sensibilização dos indivíduos que se busca mobilizar, principalmente, porque a adesão é voluntária. Com este intuito, todos os professores da Faculdade Dom Pedro II foram convidados para participar de um seminário sobre autoavaliação institucional. No seminário, além de esclarecer os princípios da autoavaliação institucional, as dimensões que compõem esse processo e a importância deste, apresentou-se um breve histórico a autoavaliação institucional no Brasil, evidenciando a sua importância para as ações desenvolvidas pelas Instituições de Ensino Superior (IES).

Concluído o seminário os professores foram convidados a participar dos grupos

focais, sendo utilizado como estratégia de divisão o agrupamento por tipo de mensagem (cada professor recebeu um cartão com uma mensagem reflexiva no início do encontro). Ao todo foram formados dez grupos, que contou em média com oito participantes.

Nos grupos, o diálogo realizado entre os professores, orientado pelo moderador, foi norteado por um roteiro semiestruturado. As discussões foram conduzidas de forma não linear, entrelaçando-se ao tema apresentado pelo moderador abordagens surgidas nos diálogos entre os professores. Para melhor compreensão, os assuntos tratados pelo grupo foram divididos em cinco temas, cada um com cinco questões-chaves. O primeiro tema abordou o PDI, PPC e os componentes curriculares; o segundo tema contemplou os canais internos de comunicação institucional; o terceiro tema voltou-se à análise da estrutura física da instituição; o quarto tema tratou sobre suporte ao professor (atendimento e apoio); o último tema fomentou a autoavaliação discente.

A análise das informações coletadas através dos grupos focais subsidiaram a escrita do relatório de autoavaliação da instituição, que foi também encaminhado à direção com um quadro para monitoramento das ações recomendadas pela CPA.

Os resultados alcançados com os professores fortaleceu a aplicação da técnica também com os alunos e os funcionários e sua incorporação no rol de instrumentos utilizados pela CPA da instituição para a coleta de informações durante o processo de autoavaliação institucional.

Referencial Teórico

A autoavaliação institucional é uma ação que necessita de procedimentos metodológicos bem definidos uma vez que faz o levantamento das necessidades institucionais e fornece informações importantes para o processo de tomada de decisões na instituição universitária. Entretanto, a coleta de dados não é feita de uma única maneira e existem muitos instrumentos de pesquisa que podem auxiliar na elaboração de um diagnóstico confiável. Dentre os instrumentos existentes podemos destacar o grupo focal como uma possibilidade de desenvolvimento da pesquisa qualitativa para a coleta de informações que subsidiam a elaboração do relatório de autoavaliação e, conseqüentemente, pode favorecer uma visão global das perspectivas e limites institucionais. É com esse propósito que se discute a relação entre autoavaliação institucional e grupos focais nesse artigo, considerando este último como um elemento inovador na condução dos processos avaliativos institucionais.

A avaliação é um processo de natureza humana, ou seja, o ato de avaliar é uma criação do homem e, por isso, de ordem cultural. Os sujeitos avaliam e são avaliados a todo tempo desde os atos mais simples aos mais complexos. Mas, o que é avaliar? Para Demo (1996), a avaliação não é um fim em si, é um expediente processual e metodológico que recebe sua maior razão de ser dos fins a que se destina.

Apesar dos avanços teóricos, há muito que se refletir sobre a prática avaliativa ainda instalada em nosso país, e esta reflexão não pode ser limitada somente ao âmbito escolar, porque como afirma Dias Sobrinho (2000) num quadro de recessão econômica a avaliação ganhou ainda mais importância e, dessa forma, deve ser compreendida num contexto mais amplo e geral das reformas ou mudanças de caráter econômico e político, portanto, também educacional.

Nesta esfera da sociedade destaca-se a avaliação institucional que se destina à avaliação de políticas, de planos ou projetos de uma determinada instituição de educação. No caso destas instituições, a avaliação institucional visa ao conhecimento real da própria instituição através de coleta de dados quantitativos e qualitativos sobre alunos, professores, estrutura organizacional, recursos físicos e materiais e práticas de gestão, com vista à emissão de juízo de valor e tomada de decisões acerca do

desenvolvimento a aperfeiçoamento da instituição. Assim, a avaliação institucional.

[...] é ainda o processo global no qual se revisa o que foi planejado e se constrói, continuamente, a universidade mediante o processo de autoconhecimento. Nessa revisão contínua, deve-se considerar principalmente a missão da universidade e o contexto em que se situa, bem como sua história (MARBACK NETO, 2007, p. 172).

Dessa forma ao se estabelecer os caminhos pelo qual se dará o processo avaliativo na instituição educativa é preciso considerar quais os objetivos desse tipo de avaliação. Segundo Belloni (2000) a avaliação institucional deve: a) buscar compreender a realidade na qual se insere; b) voltar-se para o processo decisório que a orienta; c) responder aos questionamentos colocados; d) possibilitar a identificação do mérito ou valor das ações e resultados que concernem ao seu objeto de análise. Essa autora diz ainda, que os objetivos básicos a serem alcançados por uma avaliação desta natureza são a autoconsciência da instituição e a garantia de informações para a tomada de decisão por parte daqueles a quem esta competência foi delegada em todos os níveis.

Dessa maneira, pode-se afirmar que os critérios da autoavaliação institucional não são neutros ou universalmente válidos, ao contrário, traduzem de modo explícito, ou não, princípios, objetivos, valores e concepções acerca do objeto da instituição e de seu papel social. Nesse contexto, torna-se relevante pontuar que uma instituição tem finalidades que objetivam solucionar problemas e/ou promover o conhecimento e a compreensão dos fatores associados ao êxito ou fracasso desta e, desempenha papéis sempre mais amplos do que aqueles expressos nos seus objetivos explícitos, principalmente, em decorrência de sua introdução com outras políticas e instituições sociais. Concorda-se, assim, com a afirmativa de Mendonça (1993, p. 19):

[...] a questão da avaliação institucional interessa a todos nós e, quando bem conduzida desmistifica preconceitos, dissipa dúvidas, aponta caminhos, sendo condição *sine qua non* no processo de tomada de decisões, além de permitir identificar a relevância social e a capacidade produtiva da instituição.

Pontes (2002) corrobora esse pensamento quando afirma que uma avaliação dessa natureza não pode ocorrer a partir de impressões ou intuições, mas com aplicação de instrumentos de mensuração confiáveis que possam aferir resultados. Marback Neto (2007, p. 171) concorda com esse argumento, ao afirmar que:

[...] avaliação institucional é, ainda, um poderoso e imprescindível instrumento gerencial e pedagógico que envolve aferição, revisão e construção. Além disso, revela a adequação e a qualidade do desempenho institucional, com base em critérios, gerando insumos para os processos de tomadas de decisões e implantação de resultados.

A avaliação institucional, quando tratada numa perspectiva de avaliação totalizante e esclarecedora, permite o aprofundamento do conhecimento da instituição acerca de si mesma, como também a melhoria na execução das ações institucionais, formulação de novas metas, implantação de projetos, dentre outros.

Segundo Dias Sobrinho (2003), somente através da avaliação institucional e,

conseqüentemente, do processo decisório subsequente a esta é possível identificar os graus de envolvimento e os compromissos de seus professores, alunos e funcionários. Assim, o autor considera de extrema relevância a apreciação crítica e análise do funcionamento de câmaras, conselhos, comissões e outras estruturas democráticas, que compõem a universidade. Entretanto, existem outras instâncias de decisão não democráticas e externas à instituição de educação superior que afetam e/ou direcionam suas relações internas.

Partindo desse princípio é preciso considerar que a forma como é conduzido o processo de autoavaliação institucional trará implicações para o desenvolvimento e fortalecimento da instituição de educação superior (IES), que deve ponderar sobre a influência que a “avaliação institucional [...] para o governo brasileiro é condição sine qua non para a construção do Plano de Desenvolvimento Institucional, cujo desafio será coadunar o planejamento acadêmico e o administrativo” (MARBACK NETO, 2007, p. 189). Assim, coletar informações confiáveis para o subsequente processo de tomadas de decisão pode significar a coesão ou dispersão das ações educativas da IES.

Embora o processo de autoavaliação exija competência técnica para o seu planejamento e execução, não se pode esquecer que ele é permeado por decisões políticas – tanto na decisão de fazer avaliação quanto na definição das dimensões a serem priorizadas nesta. A utilização dos resultados também é de caráter político, diretamente dependente das perspectivas e dos compromissos institucionais.

Quando uma instituição de ensino superior assume a titularidade da autoavaliação institucional, essa deve implicar na responsabilidade de construir os indicadores adequados à sua compreensão e a da qualidade de suas atividades, através de processos intersubjetivos da comunidade acadêmica, uma vez que tanto as atividades sociais quanto educativas não podem ser conhecidas e avaliadas separadamente dos agentes sociais, ou seja, “por algum observador supostamente neutro, livre de ideologias e de escolhas subjetivas” (DIAS SOBRINHO, 2000, p. 80).

Para a realização da autoavaliação institucional ou avaliação interna, como é denominada pelo CONAES, é preciso que as IES atendam aos seguintes requisitos mínimos, que são: existência de uma equipe de coordenação; participação dos integrantes da instituição; compromisso explícito por parte dos dirigentes das IES; informações válidas e confiáveis; e uso efetivo dos resultados. Estes requisitos são necessários por considerar-se que esta avaliação tem por principais objetivos

[...] produzir conhecimentos, pôr em questão os sentidos do conjunto de atividades e finalidades cumpridas pela instituição, identificar as causas dos seus problemas e deficiências, aumentar a consciência pedagógica e capacidade profissional do corpo docente e técnico-administrativo, fortalecer as relações de cooperação entre os diversos atores institucionais, tornar mais efetiva a vinculação da instituição com a comunidade, julgar acerca da relevância científica e social de suas atividades e produtos, além de prestar contas à sociedade (BRASIL, 2004, p. 9).

Enquanto instrumento da gestão, a autoavaliação institucional possibilita que o processo de tomada de decisão seja realizado de maneira consciente, ou seja, com o conhecimento real da situação da instituição educativa e no momento mais adequado. O processo de tomada de decisão derivado das informações levantadas pela autoavaliação torna-se mais confiável, pois a

[...] arte da tomada de decisão consiste em não tomar decisões sobre assuntos não pertinentes ao momento, em não decidir prematuramente, em não tomar decisões que não possam ser implementadas e em não tomar decisões que devam ser tomadas pelos outros (BARNARD apud MEIRELES; PAIXÃO, 2003, p. 279).

Apenas com a realização da autoavaliação institucional, o processo de tomada de decisões pode ocorrer de maneira segura, transparente e com a participação de todos os segmentos da comunidade escolar/acadêmica. Isto possibilita à instituição conhecer-se e aperfeiçoar-se em busca de seus objetivos institucionais.

É na perspectiva da participação de toda a comunidade acadêmica no processo de autoavaliação da IES que se insere a utilização dos grupos focais para o levantamento de dados e informações sobre a instituição universitária, uma vez que este instrumento da pesquisa qualitativa possibilita que os corpos docente, discente e técnico-administrativo possam externar o que pensam sobre a instituição e contribuir para o crescimento institucional.

De acordo com Gatti (2005) a técnica de grupo focal já é empregada desde a década de 20 nas pesquisas em *marketing* e a partir da década de 80 começa a existir a preocupação em ajustar a referida técnica ao uso da investigação científica.

Com vistas a sua aplicabilidade no campo educacional primeiramente faz-se necessário estabelecer uma dinâmica interativa, que requer além da sensibilidade e flexibilidade do pesquisador/moderador, o saber técnico para a elaboração de um roteiro criterioso, como diretriz didático-pedagógica, que esteja em consonância com o propósito do objetivo da pesquisa.

Quanto à produção de um roteiro Gondim (2002, p. 6) afirmar que:

[...] um roteiro é importante, mas sem ser confundido com um questionário. Um bom roteiro é aquele que nos permite um aprofundamento progressivo (técnica do funil), mas também a fluidez da discussão sem que o moderador precise intervir muitas vezes.

De acordo com Gondim (2002) um roteiro é imprescindível, haja vista se o considerarmos como o fio condutor que permite mais ao pesquisador/moderador a escuta que a intervenção.

Nesta perspectiva em consonância com um roteiro previamente definido, os participantes são convidados a discutir e analisar questões referentes à autoavaliação, do curso e da instituição. O fomento à interação entre os participantes, necessária à coleta das informações pleiteadas, é realizado por um mediador, responsável pelos encaminhamentos e direcionamentos necessários, bem como o incentivo na participação de todos os componentes do grupo, para que se aprofundem as discussões, possibilitando a revelação de novos aspectos e novos olhares, relativos ao tema.

O processo de interação e discussão é acompanhado por um ou mais observadores, que tem a função de registrar todas as informações que surgirem durante o encontro do grupo em três etapas, a saber: abertura, em que deve se colocar de forma a registrar o mais fielmente possível todas as informações; o desenvolvimento, no qual o grupo começa a se posicionar frente ao tema a ser desenvolvido e; o fechamento, quando o grupo começa a formular uma síntese dos fenômenos ocorridos. Todas as informações anotadas pelos observadores são, ao final, analisadas e devidamente

registradas em relatórios, focados nos tópicos apresentados pelo moderador ao grupo.

Há de se considerar que ao adotarmos os procedimentos para a aplicação da referida técnica cuidados precisam ser tomados no que se refere à análise dos dados coletados, pois a mesma não pode partir do princípio reducionista, ou seja, priorizando certas informações e desprezando outras que evidenciam interesses particulares em detrimento do coletivo. Ainda que seja necessário ouvir cada indivíduo a ênfase da análise se dá no processo das interações.

Para Barbour(2009) se faz necessário além do exercício apurado da escuta pelo pesquisador/moderador estar atento aos comportamentos não verbais, isto significa, um olhar sensível às manifestações corporais como, por exemplo: gestos, expressões faciais, silêncios individuais e coletivos, dentre outros.

Nessa perspectiva o Grupo Focal, além de promover aos participantes a discussão de temas atuais pautados em suas experiências cotidianas que emergem prioritariamente no espaço de convivência acadêmica, com vistas a desvelar, compreender e superar os problemas existentes, também, contempla a coleta de dados e informações acerca da IES avaliada numa concepção democrática, uma vez que a participação e a escuta envolvem todos os membros da comunidade acadêmica.

Resultados e Discussões

Conforme já explicitado nas seções anteriores, nos grupos focais levantaram-se as principais manifestações de alunos, professores e funcionários. Esse levantamento foi compilado em um quadro que denominamos de “Monitoramento das Oportunidades de Melhoria”, que foi dividido a partir das 10 dimensões dos SINAES. Nesse quadro, agrupamos as questões principais, sinalizadas pela comunidade acadêmica, assim distribuídas:

- 1- Oportunidade de Melhoria;
- 2- Sugestão de encaminhamento da CPA e;
- 3- Ação e/ou encaminhamento da instituição.

A grande maioria das oportunidades de melhoria só poderia ser verificada por meio da metodologia de grupo focal. Como podemos verificar no exemplo a seguir:

Quadro 1 – Monitoramento das Oportunidades de Melhoria

Dimensão	Oportunidade de melhoria	Sugestão da CPA	Ação e/ou encaminhamento da instituição
Infraestrutura	Capacidade dos elevadores não atende totalmente à demanda	Ampliar a capacidade dos elevadores	Temos impedimento imposto pelo IPHAN quanto ao tipo de elevador a ser implantado nos nossos prédios, por serem tombados pelo Patrimônio Histórico.

Fonte: Relatório de Autoavaliação Institucional 2012

Apesar de não atender, na íntegra, à solicitação registrada, por uma questão legal, entendemos que o necessário era a realização de uma campanha de conscientização, já que os elevadores são um meio de transporte para os Portadores de Necessidades Especiais – PNE, e a instituição dispõe de outros tipos de acesso, tais como escada para acesso entre os andares.

Em todas as dez dimensões foi possível verificar oportunidades de melhorias

e/ou manutenção do que estava sendo implantado. E as ações e/ou encaminhamentos da instituição foram muito mais rápidos, pois os gestores dos setores responsáveis pela ação indicada foram informados das demandas com agilidade. É importante afirmar que a resolução das oportunidades de melhoria se deu acordo com a gravidade e/ou prioridade das ações identificadas.

Considerações Finais

A autoavaliação institucional é um processo que, quando bem conduzido, pode fortalecer a identidade institucional assim como garantir a legitimação dos processos acadêmicos realizados pela IES. O grupo focal contribui de maneira significativa para essa conquista, uma vez que toda a comunidade acadêmica e envolvida no processo de forma voluntária.

Quando a autoavaliação é reconhecida pelos corpos docente, discente e técnico-administrativo como um instrumento importante para a melhoria da qualidade institucional as ações realizadas pela IES ganham mais credibilidade e, conseqüentemente, o processo avaliativo passa ter significado, ou seja, a avaliação realizada gera uma expectativa positiva em relação à resolução das dificuldades detectadas. Entretanto, quando a situação é inversa todo processo é desacreditado e a instituição não consegue lograr seus objetivos de uma forma participativa e legítima.

A utilização da técnica dos grupos focais no processo de autoavaliação institucional diminui o risco de que o processo gere desconfiança e caia em descrédito, além de permitir a rápida identificação dos problemas prioritários e possibilitar processo de tomada de decisões seja ágil e baseado em informações confiáveis.

Dessa forma, acredita-se que a utilização da técnica de grupos focais, para a coleta de dados e informações no processo de autoavaliação institucional, traz benefícios para o desenvolvimento das ações acadêmicas institucionais, fortalece a identidade da IES, além de favorecer a consecução dos objetivos institucionais e reafirmar o compromisso socioacadêmico perante a sociedade.

Referências

BABOUR, Rosaline. **Grupos focais**. Porto Alegre: Artmed, 2009: Tradução Marcelo Figueiredo Duarte.

BELLONI, Isaura *et al.* **Metodologia de avaliação em políticas públicas**: uma experiência em educação profissional. Coleções Questões da Nossa Época. São Paulo, Cortez, 2000, v.75.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei Nº 10.861/04 de 14.04.2004 – Institui o Sistema de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Brasília (DF): MEC, 2004.

DEMO, Pedro. **Avaliação Sob o Olhar Propedêutico**. 2. ed. Campinas, SP: Papirus, 1996.

DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação da educação superior**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

DIAS SOBRINHO, José; RISTOFF, Dilvo I. (orgs.). **Avaliação e compromisso público** – a educação superior em debate. Florianópolis: Insular, 2003.

GONDIM, Sônia M^a Guedes. Grupos focais como técnica de investigação qualitativa desafios metodológicos. **Paidéia** (Ribeirão Preto), v. 12, n. 24, 2002. Disponível

em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid>. Acessado em: 04/agosto/2013.

MARBACK NETO, Guilherme Marback. **Avaliação**: instrumento de gestão universitária. Vila Velha, Es: Editora Hoper, 2007.

MEIRELES, Manuel; PAIXÃO, Marisa Regina. **Teorias da administração**: clássicas e modernas. São Paulo: Futura, 2003.

MENDONÇA, Dirlene M. **Anais do Seminário de Abertura da Avaliação Institucional**: a Universidade em Questão, 1991. Feira de Santana: UEFS, 1993.

PONTES, Márcia de Matos. A interminável polêmica do PROVÃO. IN: **GERIR**, v.8, nº 23, Salvador, jan/fev, 2002.